





## OS CONTORNOS IDEOLÓGICOS NAS DIFERENTES POSTURAS SOBRE O ENSINO DE LÍNGUA

Vol. 2 nº 3 jan./jun. 2007  
p. 183-193

Sanimar Busse<sup>1</sup> - UNIOESTE

**RESUMO:** Apresentamos, neste texto, algumas reflexões sobre as relações sociais subjacentes aos discursos que se infiltram nas práticas escolares focalizando determinadas posturas quanto ao ensino de língua. Buscamos traçar algumas discussões sobre os discursos que atuam no nível monofônico e que apresentam práticas de exclusão e discriminação. Reiteramos o caráter introdutório das discussões, haja vista que as diferentes posturas quanto ao ensino de língua, respaldadas em concepções de linguagem vistas como antagônicas, têm apontado para divergências cujos resultados se desdobram no interior da sala de aula e têm reflexos diretos na formação de leitores e produtores de textos capacitados para fazer uso da língua e atuar em diferentes instâncias sociais.

**PALAVRAS-CHAVE:** *ensino de língua; concepção de linguagem; discurso; ideologia*

### DISCOURSES UNDERLYING IN DIFFERENT ATTITUDES TOWARDS LANGUAGE TEACHING

**ABSTRACT:** In this text we present some reflections on the discourses underlying the school practices, revealing certain attitudes towards language teaching. We intend to discuss about the discourses that act at the monophonic level, revealing attitudes of exclusion and discrimination, as well as about their counterpoint, highlighting the effects of both attitudes with respect to the school's role in language teaching. We emphasize that these discussions are of an introductory nature, since the different attitudes towards language teaching, based on conceptions of language seen as antagonic, have pointed to divergences whose results are manifested within the classroom and have direct reflections on the formation of readers and text producers, who are able to make use of the language and act in different instances of society.

**KEY-WORDS:** *language teaching; conception of language, discourse, ideology*

### INTRODUÇÃO

O ponto de partida desta discussão consiste no fato de que as impressões que se tem sobre a realidade não podem se desvincular da linguagem e por extensão das manifestações ideológicas que a permeiam. Há neste contexto uma dinâmica de determinações, em que não se pode desvincular as idéias sobre a linguagem

da ideologia. Esta relação de embricamento ideológico exige uma atitude de comprometimento diante dos discursos que circulam na sociedade, é preciso estar atento, desconfiar, ler criticamente os fatos para perceber os mecanismos que cerceiam, determinam e, muitas vezes, dificultam a apreensão do real em sua essência.

Destaca-se, aqui, a importância da compreensão da ideologia a partir das relações sociais que formam seu conteúdo, pois além de constituir a realidade, é por ele constituída, segundo Fiorin (2003). As representações ideológicas, nesta perspectiva, não surgem do nada como se tivessem vida própria e independente da realidade e dos indivíduos; pelo contrário, originam-se no centro das relações sociais, entre as diferentes classes que compõem a sociedade e são determinadas pelo “nível econômico”.

Perceber a ideologia como um produto das relações sociais implica na compreensão das impressões sobre o real de forma crítica e articulada, identificando o que se oculta, o que se nega e o que não se diz, pois é aí que se estruturam e se escondem os conflitos e as diferenças sociais.

Não é possível estabelecer uma leitura crítica sobre a realidade ou, então, empreender uma investigação sobre as forças ideológicas, que manobram e comandam os movimentos sociais, sem reconhecer os princípios filosóficos e sociológicos que norteiam a ordem e a estrutura vigentes.

As sociedades divididas em classes utilizam-se de explicações ideológicas para que a classe dominada não perceba esta divisão e não perceba seu assujeitamento. Neste processo, a classe dominada assume os valores da classe dominante e assim é impedida de construir sua própria consciência de classe. As representações que justificam e explicam a ordem social, as condições de vida do homem e as relações que são mantidas com o outro é que representam o papel da Ideologia. Necessária, portanto, à dominação de classe, a Ideologia, atua muito mais no campo da ilusão do que do real, ela atua no processo de inversão da realidade, da ordem dos fatos e dos acontecimentos, que se dão a conhecer, segundo Fiorin (2003), pela aparência que as relações sociais apresentam-se a nós.

O processo de individualização é próprio do modo de produção capitalista em que a sociedade apresenta-se como um todo, sendo que cada uma das suas partes autodetermina-se sem considerar os inúmeros aspectos que envolvem e determinam os fenômenos sociais. Mesmo sem perceber o indivíduo encontra-se determinado ideologicamente em função da classe a que pertence e pela posição que ocupa nas relações de trabalho. A ideologia desempenha papel fundamental nos processos de manipulação e manobra. Sendo que as visões de mundo constituem-se a partir das representações que são expressadas, reproduzidas e incorporadas sobre a realidade, é preciso compreender que não existem formas neutras nas

relações sociais, tão pouco, a possibilidade de isolar um objeto, sem que este esteja subordinado às relações de força e poder a ele subjacentes.

No campo da linguagem, as relações de poder e força evidenciam-se caracteristicamente, tendo em vista que a palavra não apenas expressa a realidade, mas a constitui. A Ideologia tem na linguagem um espaço de constituição e por meio dela materializa-se e revela-se.

A compreensão da linguagem e da ideologia como produto dos processos sociais aponta para o entendimento de que os fatos originam-se no campo de atuação do homem, ou seja, são conseqüência da sua ação ou intervenção sobre a realidade. Chauí (2003) chama atenção para o fato de que mesmo sem consciência da sua autoria e participação no processo que se desencadeia nas relações sociais, o homem é o único agente que se relaciona com a natureza e a transforma.

Na linguagem encontram-se expressas representações sobre a realidade que se vinculam a determinadas relações sociais, geralmente pautadas pela dominação de um discurso sobre o outro, pois “as maneiras como as pessoas localizadas diferencialmente na ordem social respondem e dão sentido a formas simbólicas específicas, e como essas formas simbólicas, quando analisadas em relação aos contextos em que elas são produzidas, recebidas e compreendidas, servem (ou não servem) para estabelecer ou sustentar relações de dominação” (THOMPSON, 1995, p.123).

Entender a língua como um objeto ou como uma estrutura, cujo uso independe dos indivíduos e das interações que estes realizam com o meio, revela uma perspectiva ideológica que reside no silenciamento do discurso real que nasce do processo criador do sujeito. Nos discursos há, portanto, muito mais que estruturas ideais, combinações corretas, há indivíduos que se posicionam diante da realidade.

Têm-se duas situações contemporizadas em relação à língua e à ideologia: de um lado, o assujeitamento do indivíduo diante das manobras ideológicas que se instauram nos discursos a partir do seu poder mobilizador, submetendo os indivíduos ao silenciamento e à resignação; do outro, a possibilidade, a viabilidade da resistência, da produção dos sentidos a partir da compreensão das facetas ideológicas que governam os enunciados, reinventando o conteúdo dado, que se oculta na aparência. Ou seja, os indivíduos não se encontram automaticamente regulados pela ideologia dominante, mas podem de acordo com suas formações discursivas dar sentido aos discursos e atuar em direção da identificação das vozes que constituem e as instituições e que fundamentam os discursos. Entendemos que a base para uma atuação discursiva no sentido de desvendar as “vozes” que habitam e irrompem certos discursos está condicionada ao domínio das formas lingüísticas, no sentido de desvendar as diferentes estratégias de dizer e de fazer valer o dito.

## A TRADIÇÃO E O DISCURSO MONOFÔNICO SOBRE A LÍNGUA

Assentadas na tradição, as classes dominantes, autorizadas e legitimadas, acabam elegendo alguns grupos para a produção dos diversos discursos que circulam socialmente. Nos deparamos, nesse sentido, com uma produção discursiva que reflete o ponto de vista da classe dominante e que se sobrepõe sobre os demais.

Quanto à linguagem, pode-se identificar como reflexo dessa postura, a eleição de discursos que se somam em torno de posturas e pontos de vista que legitimam determinadas ações. Esta realidade leva à necessidade do reconhecimento de formações ideológicas que determinam de antemão quem é quem no espaço social.

Nos espaços escolar e acadêmico, os discursos de prestígio em relação ao ensino de língua têm se tornado o centro de grande polêmicas. O maior dos embates entre gramáticos e lingüistas pode ser reconhecido quanto à norma padrão, tendo como ponto nevrálgico seu prestígio social que a eleva à “variedade culta” e expressão legítima da língua.

Partindo do princípio de que os diferentes pontos de vista, que subjazem as diferentes concepções de linguagem, podem estar a serviço de princípios ideológicos das classes que se colocam como dominantes em determinado contexto, as ações desencadeadas voltam-se para a manutenção de *status quo*.

Há em relação à gramática tradicional uma visão estética, em que a língua apresenta-se pela expressão do correto e do ideal, posto que a eleição de uma variedade, considerada culta, como referência em documentos oficiais, textos científicos, na linguagem acadêmica, midiática e escolar, significa a exclusão e estigmatização das demais. Dessa maneira, alguns discursos presentes na sociedade colocam-se, em muitas circunstâncias, como “vozes autorizadas”, institucionalizadas que refletem ou acentuam as diferenças, baseadas na língua, na raça e no credo, legitimando a conservação da divisão da sociedade em classes.

Diante do enaltecimento da norma culta e do fracasso da escola no desenvolvimento da competência lingüística dos alunos, criam-se mecanismos de facilitação do acesso ao conhecimento gramatical, instrumentos que se apresentam como necessários para a superação da condição de debilidade lingüística da população, como podemos ver na citação seguinte

Se você sofre só de pensar em escrever, tem dúvidas cruéis de ortografia ou de vez em quando trava entre vírgulas, precisa de socorro imediato! Afinal, tarefas básicas do dia-a-dia como elaborar um currículo ou mandar uma mensagem eletrônica para os amigos pode ser fatal se apresentar erros crassos de português. Portanto, conheça o que há de novo no mercado nesse assunto e descubra que o nosso idioma é muito mais interessante do que você imagina. E os benefícios que o aprimoramento pode lhe trazer, também! 2

Adotando a metodologia da gramática tradicional, que consiste na descrição e prescrição sobre a língua, tenta-se simplificar e amenizar o acesso à norma padrão através da memorização de regras sobre a língua. Ou seja, diante da ineficiência da escola, que, ao tentar trabalhar com a norma padrão, segue a metodologia gramatical e, portanto, dá à língua um caráter artificial e fragmentado ao relacioná-la à literatura e a frases virtuais criadas para exemplificar seus conceitos, surgem os facilitadores e mediadores, que em nome da tradição, reafirmam uma visão elitista e excludente sobre a língua, que não considera as variantes lingüísticas ou quando as menciona o faz de maneira depreciativa.

O conhecimento e o domínio da variedade lingüística identificada como “norma culta” se impõe sobre os indivíduos sob a alegação das exigências do mercado de trabalho, do status social, da expressão cultural e intelectual. Na condição de padrão e de oficial, portanto, a norma culta constitui a sua institucionalização e a sua autoridade.

Redundam, neste contexto, reflexões que denunciam processos de silenciamento pelos quais os indivíduos passam. Silenciam-se diante da sua suposta ignorância, silenciam-se diante do desprestígio da sua língua e diante da indignação a que estão submetidos, visto que o código normativo é uma fonte de prestígio inacessível à grande parte dos falantes.

O que se diz é ocultado pelo discurso ideológico em defesa do purismo e da correção lingüística, que procura nas formas idealizadas da língua a expressão de pontos de vista colados a uma perspectiva de massificação e alienação. Vogt (1980, p.92) afirma que “a noção de estrutura lingüística supõe uma simultaneidade entre a descoberta do elemento e a descoberta do sistema, sendo este entendido como o conjunto de regras ou de determinações a que toda associação ou combinação de elementos deve obedecer para que se obtenha uma unidade da língua em questão”.

Os pontos mais conflitantes encontram-se na maneira como este discurso purista se constitui, pois se baseia no preconceito e na discriminação. Criam-se em torno desta variedade padrão posturas de secção, de seleção entre habilidades e competências.

As reflexões sobre a língua, nesta perspectiva, partem de um viés institucional a que estão vinculados os discursos sobre o purismo lingüístico, reconhecendo os aspectos que autorizam tais discursos a conferir à gramática tradicional certa soberania diante das demais variedades.

## ○ CONTRAPONTO

No contraponto do preconceito e da exclusão gerada em torno do prestígio de uma variedade em detrimento das outras se levantam discursos defensores da individuação da língua, ou seja, do reconhecimento social das diversas variedades.

Corroboram esta postura índices elevados de evasão e repetência escolar, além de dados que revelam um analfabetismo funcional crescente. Neste contexto, algumas posturas sobre o ensino de língua têm acenado para uma necessidade premente de reflexões que se voltem para uma possível compreensão do trabalho com a língua no interior de processos de interação, da sua função social.

Manifestam-se pontos de vista que denunciam práticas artificiais de análise e descrição lingüística nos materiais didáticos. Alguns textos atuam em patamares críticos, denunciando que a norma culta se impõe sobre os indivíduos sob a alegação das exigências do mercado de trabalho, do status social, da expressão cultural e intelectual. Na condição de padrão e de oficial, portanto, a norma culta constitui a sua institucionalização e a sua autorizada.

Segundo Bagno (2000, p. 11), “todo padrão é estabelecido com vistas a uma uniformização, a uma homogeneização de formas e de usos, situando-se, por conseguinte, por cima e por fora de toda variabilidade, de toda heterogeneidade. Como é sabido, a característica precípua da norma-padrão é supor uma língua descontextualizada, arrancada de suas condições de produção histórico e social”. O reconhecimento desta variedade como norma culta acabaria por gerar um discurso monofônico, que silencia os falares sociais e nega as formas e as vozes que não correspondam ao normal e ao legítimo. Este silêncio atravessaria, segundo alguns estudiosos, o modo de ver e agir diante da realidade.

Nestas condições, as instituições respaldariam uma postura de estigmatização social em que se destaca a compreensão do discurso institucional como organizado, de maneira que as diferentes formas de se expressar presumem maneiras diferentes de se posicionar diante da realidade (FAIRCLOUGH, 2001).

Estas práticas encontram eco no modo de produção capitalista que não compreende formas diferentes de ver ou expressar a realidade, pois o que existe é uma realidade e uma única forma de compreendê-la, baseada no conjunto de idéias que sustentam a divisão da sociedade em classes e a desigualdade na divisão social dos bens materiais e instrumentos de produção. Esta realidade é justificada pelo “conjunto de idéias”, que a explica e a constitui a partir de alguns princípios ou pontos de vista, excluindo e negando os demais.

Segundo Geraldi (1997, p. XI), nas situações que envolvem o uso da língua, “a linguagem não se dá como objeto epistemológico. Dá-se por inteiro, em sua dimensão política, histórica, social, contextual. Dá-se como um acontecimento interativo e multifacetado, estruturante mais que estrutura”. Nesta concepção de linguagem, a metodologia da gramática tradicional não dá conta das “ações” ou “operações discursivas” desencadeadas na comunicação, porque apresenta a língua a partir de enunciados virtu-

ais e trechos retirados de obras literárias em que se perde o produtor/autor, o contexto e a situação de produção, retirando a autoria e a identidade imanentes ao discurso.

Importa, portanto, compreender a língua, não como entidade viva, mas como resultado da interação dos indivíduos entre si e com a realidade circundante. Se a língua constitui-se como produção dos indivíduos nos processos interlocutivos, que são entendidos “como espaço de produção de linguagem e de constituição de sujeitos”, torna-se também a expressão do sujeito e o lugar de onde fala, daí a importância de manter e referenciar o contexto e as situações de produção (GERALDI, 1997). Esta postura relacionada à norma padrão reflete-se também nos textos que circulam socialmente, confirmando e reafirmando atitudes de submissão. Uma prática escolar que esvazia a língua de sua subjetividade ao alienar o texto de seu caráter social acaba por levar a criação de atitudes de sacralização do dito.

Nesta perspectiva, a ideologia para Orlandi (2002, p. 48) “aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história para que haja sentido”. É a ideologia que permite, portanto, que haja ou não sujeitos. Isto porque se deve “lembrar que o sujeito discursivo é pensado como ‘posição’ entre outras”. Os indivíduos, quando se pronunciam, o fazem de um lugar social e são determinados pela posição deste lugar na divisão da sociedade em classes.

Orlandi (2002) destaca que na sociedade capitalista, cria-se a “noção de sujeito-de-direito”, que se distingue do indivíduo, pois “é efeito de uma estrutura social bem determinada”, que determina os indivíduos e também os individualiza. Não há espaço nesta organização social para o falante/autor, que está preso a categorias fixas e estruturas instituídas e delimitadas pela tradição. Esta noção de determinação evidencia que “o sujeito gramatical cria um ideal de completude, participando do imaginário de um sujeito mestre de suas palavras: ele determina o que diz”. Além de determinar o “como”, determina também “o que” é dito.

## ○ DISCURSO E A INTERFACE DA IDEOLOGIA

Segundo Chauí (1982), o prestígio e a “aceitação tácita” do discurso competente ou autorizado só ocorre em função da “aceitação tácita da incompetência dos homens enquanto sujeitos sociais e políticos”. Para a autora, o discurso competente é proferido mediante a redução dos homens à “condição de objetos sociais”. Promover a produção de seres robotizados e magnetizados diante da palavra compreende uma das faces da ideologia, pois enquanto a principal preocupação residir na produção de estruturas ideais, vai se perdendo de vista a importância dos elementos presentes na criação discursiva.



Orlandi (1989) chama atenção para a complexidade da comunicação que não se define apenas pela relação entre o falante e seu ouvinte, mas pela presença de “outros protagonistas tais como os mediadores, os intérpretes, os leitores legítimos – responsáveis guardiões dos sentidos”. São estes “personagens”, muitas vezes, históricos que determinam o sentido e assim desencadeiam as relações monofônicas que se instauram nos discursos. A monofonia estaria definida a partir de uma voz homogeneizante “que faz parte do mecanismo articulado entre o silenciamento e a injunção ao dizer, posta em prática por mediadores que distribuem socialmente os sentidos”.

O falar e o expressar envolvem o contexto e a situação de produção, que determinam o que e como dizer. Este o que e como dizer não se dão apenas na base morfológica e sintática da frase, mas nas escolhas lexicais, por exemplo, expressam formações discursivas e engendramentos ideológicos.

Nesta perspectiva, somos quem somos, ocupamos determinados espaços sociais em virtude da variedade lingüística que utilizamos para nos comunicar, tendo em vista que determinados lugares sociais são ocupados pelos indivíduos que detém e dominam a variedade culta e que desfrutam de suas posições sociais. Esta ‘elite intelectual’, que transita pela língua (norma padrão ou culta) encontra-se apta, segundo o ponto de vista da classe dominante, representada por alguns gramáticos, a produzir discursos competentes e autorizados que os distingam intelectualmente.

A identificação da formação discursiva baseada no discurso autorizado revela características exclusivamente persuasivas, em que se instalam as condições para o exercício da palavra. Nesse sentido, a língua assume o aspecto de entidade viva que se impõe sobre os indivíduos e ancorada a instituições sociais alicerçadas na tradição, dominam e excluem os homens do processo comunicativo.

Quem fala, portanto, não é o indivíduo, mas a instituição a que está vinculado e a concepção desta sobre a realidade. Não há identidades e singularidades nas formações discursivas, resta apenas o “mundo do monólogo”, em que a ideologia da classe dominante reproduz princípios de manutenção da ordem vigente garantida pela posse da propriedade e pelo domínio cultural, intelectual e econômico. Ou seja, há um grupo seletivo da sociedade, que, devido ao seu esforço pessoal, detém a posse dos bens de produção e se mantém nos níveis superiores da estrutura social.

Trata-se de uma postura que entende os grupos distribuídos entre privilegiados, dotados de capacidade intelectual, que também apresenta grande facilidade para utilizar-se da língua padrão de maneira apurada e eficiente para os ‘níveis superiores de comunicação’, e deficitários, que apresentam “uma espécie de preguiça mental” (GNERRE, 1998), que ressoa nas demais habilidades intelectuais, especialmente exigidas pelo mercado de trabalho.

Nesta perspectiva, é preciso que se reconheça que os espaços destinados ao acesso à norma padrão encontram-se esvaziados de concepções de língua e metodologias que privilegiam a interação comunicativa. Há uma tendência para a aquisição de formas e estruturas prontas, em que a tradição gramatical legitima a língua como auto-suficiente e como modelo definitivo que se impõe sobre os indivíduos e que, segundo Vogt (1980), “é o caminho de sua realização, a surdez dos homens”.

A defesa da norma culta, através do poder e da autoridade advindos do conhecimento, confere distinção e prestígio aos seus falantes. Este contexto de manipulação e manobra ideológica aponta para a necessidade da “leitura desconfiada” sobre os princípios que norteiam o conhecimento das teorias sobre a língua. Numa investigação mais atenta aos manuais da gramática tradicional não se encontra uma reflexão profunda e sistemática sobre o funcionamento da língua na perspectiva diacrônica e histórica, tampouco sincrônica, pois são raros os manuais que apresentam uma pesquisa e um estudo sobre a dinamicidade da língua.

Quanto ao estatuto de discurso científico, a gramática tradicional, assim como o livro didático, colocam-se com soberania e autoridade, exercendo controle e referência sobre o uso correto e competente de língua, e, nesse sentido, os gramáticos constituem-se como autoridades sobre a língua no interior do conhecimento gramatical. Não é o autor que cria seu discurso, mas a teoria, o conhecimento gramatical que o instrumentaliza, como se tivesse voz própria.

Os atos de fala que os indivíduos realizam com a língua correspondem, segundo Vogt (1980, p.84), a “meras refrações e variações fortuitas ou simples distorções das formas normativamente idênticas”, pois, como instrumento, a língua se apresenta pronta ao indivíduo sem que lhe seja possibilitado expressar formas criativas sobre a realidade.

A crença de que a gramática tradicional e os discursos defensores da norma culta alienam o sujeito da autoria da sua produção enunciativa pode levar à alienação quanto aos aspectos ideológicos que sustentam as práticas sociais e que tem na língua um fator representativo de exclusão.

Encarar a língua e o discurso como instrumentos de transformação ou como aspectos de reinvenção dos conteúdos sociais compreende o domínio eficiente das formas. As condições de produção podem identificar-se com o discurso que Chauí (1982) nomeia como “competente” ou “instituído” e que pode não estar atrelado à eleição de variedades legitimadas, mas ao seu conhecimento e, principalmente, a competência de utilizar a língua a favor de determinado propósito.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao trazer à tona algumas reflexões sobre a perda da identidade do indivíduo diante da língua, objetivou-se compreender a linguagem a partir do seu poder e da sua autoridade sobre os sujeitos nos diversos eventos comunicativos. Na verdade, o percurso teórico e reflexivo aqui esboçado acena para a importância de se olhar para alguns discursos que circulam na sociedade de forma crítica e desconfiada.

Entende-se que uma observação mais atenta e crítica sobre a realidade pode revelar focos de resistência quanto às formas de poder e controle que se expressam na língua. Acredita-se que o princípio para o reconhecimento e a intervenção sobre as formas que levam práticas excludentes por meio da língua encontra-se no conhecimento das variedades lingüísticas presentes em determinados contextos comunicativos. Esta postura requer um olhar desconfiado e indignado diante dos discursos que, pela sua autoridade determinam, absolvem ou condenam comportamentos lingüísticos, e visões sobre a realidade.

Na contramão da ideologia da classe dominante que, ao proclamar a igualdade e a liberdade, nega as diferenças e as discrimina é preciso reconhecê-las como fomento de toda a produção e criação social. Para tanto, deve-se estar atento para as particularidades que se manifestam nas relações diárias de uso da língua. Sem, contudo, privar os indivíduos do acesso a toda produção científica sobre a língua.

Se a língua, como produção de identidade e de subjetividade, revela-se um instrumento mobilizador das capacidades individuais na conquista de espaços sociais dignos, há que se observar, contudo, atitudes polarizadas, que se expressam ou na exaltação dos aspectos formais da língua, centrados na norma culta, ou então na ênfase da perspectiva comunicativa, cujo objetivo se restringe ao estabelecimento da comunicação. Isto porque a comunicação realiza-se também pelo domínio do padrão, assim como a norma padrão objetiva a comunicação e a interação dos indivíduos pela língua.

A superação das determinações ideológicas residentes na linguagem dar-se-á a partir das perguntas, gestadas pela desconfiança e pelo espírito investigativo sobre os discursos encontrados na sociedade. É imprescindível, neste sentido, perceber o caráter a-histórico e a-crítico, bem como, a infiltração da tradição nas explicações sobre a realidade. Em relação à língua, é preciso investigar e descobrir a origem de certos falares e as “vozes” que autorizam determinadas concepções e posições.

Entende-se que, apesar das explicações puristas e tradicionais que fundamentam e legitimam a norma culta, a língua precisa ser vista, principalmente no espaço escolar, como um instrumento regulador de poder. Para tanto, os alunos devem ser levados ao domínio da estrutura da língua, para que a partir dela possam inserir-se na

sociedade e defenderem seus direitos, conquistarem seu espaço, sem abrir mão de sua identidade, da sua singularidade, como indivíduos que possuem e fazem sua história.

Trazemos para este texto algumas reflexões que se constituem como incompletas e carentes do contraponto, haja vista que se trata da língua e que por constituir e ser constituída no interior das relações sociais traz consigo as marcas dos conflitos e das lutas originados nas diversas interações.

## REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. **Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia & exclusão social**. São Paulo: Loyola, 2000.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2001.

\_\_\_\_\_. **Cultura e Democracia**. São Paulo: Moderna, 1982.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UNB, 2001.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e Ideologia**. São Paulo: Ática, 2003.

GERALDI, João Wanderley. **Portos de Passagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

GNERRE, Maurício. **Linguagem, Escrita e Poder**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. São Paulo: Pontes, 2002.

\_\_\_\_\_. **Silêncio e Implícito (Produzindo a Monofonia)**. In: GUIMARÃES, Eduardo. **História e Sentido na Linguagem**. São Paulo: Pontes, 1989.

NETO, Pasquale Cipro. **Escrever bem: que mal tem?** Disponível em: <http://www.americans.com.br/cgi-bin/WebObjects/AcomHome.woa/wa/materia?mat=1544>

VOGT, Carlos. **Linguagem, pragmática e ideologia**. São Paulo: Hucitec, 1980.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**. Petrópolis: Vozes, 1995.

## NOTAS

<sup>1</sup> Docente do Colegiado do Curso de Letras Português/Inglês/Espanhol/Italiano, Unioeste/campus de Cascavel e-mail: sani\_mar@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> NETO, Pasquale Cipro. **Escrever bem: que mal tem?** Disponível em: <http://www.americans.com.br/cgi-bin/WebObjects/AcomHome.woa/wa/materia?mat=1544>